



«SNS é uma reserva de direito da sociedade»

por Vitalino José Santos | foto de "DR" | 17.09.2015



36 anos do SNS assinalados em Coimbra

Admitindo que nem sempre há unanimidade operacional, mas sim «consenso estratégico» relativamente ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), o médico Adalberto Campos Fernandes aceitou o repto para participar, em Coimbra, no debate «SNS – Património dos Portugueses», em que também entrevistaram o ex-ministro Paulo Mendo, o ex-deputado da Comissão de Saúde Ricardo Baptista Leite e o bastonário da Ordem dos Médicos.

Ao intervir nas comemorações dos 36 anos do SNS – já depois do acto simbólico da «rega da oliveira», no Parque Verde do Mondego, junto do Pavilhão Centro de Portugal –, organizadas pela Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Adalberto Campos Fernandes questionava, na tarde bastante chuvosa de 15 de Setembro, no auditório da Coimbra Business School/ISCAC (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra): «Onde está o interesse público [do SNS]?»

O especialista em Saúde Pública e gestor hospitalar, em representação do Partido Socialista, manteve uma posição crítica face ao Governo da actual coligação, em final de mandato, pela «desistência de uma acção reformista» que, como escreveu num recente artigo de opinião, «anulou qualquer alteração estrutural do sistema» e terá conduzido o SNS a «uma situação de bloqueio cuja consequência mais visível é a [sua] desestruturação».



«Estamos a aproximar-nos de um SNS que, em alguns aspectos, é um serviço de garantias mínimas, com componente privada directa da despesa das famílias que é a quarta maior dos países da OCDE», observou Adalberto Campos Fernandes

Na sua alocução, o representante socialista e docente na Escola Nacional de Saúde Pública, ao retomar o enquadramento histórico e social que levou à concepção do SNS ali apresentado pelo seu homónimo Adalberto (Paulo da Fonseca Mendo), disse que «o Serviço Nacional de Saúde não teria sido o que foi se não tivesse havido o grupo de Miller Guerra e se não tivessem sido desenhadas as carreiras médicas e de Enfermagem», bem como outras carreiras da Saúde.

O orador recordava, assim, a reorganização hospitalar e a uniformização e regulação dos profissionais de Saúde iniciadas em 1968, com a criação do Estatuto Hospitalar e do Regulamento Geral dos Hospitais, através dos decretos-lei 48357 e 48358 (de 27 de Abril desse ano).

«Reformar» e responder «às necessidades das pessoas»

«Não podemos confundir regras técnico-científicas com tiques laborais!», prosseguiu Adalberto Campos Fernandes, decidido a enfrentar as acções políticas «confusas» e sem planos de futuro, procurando responder às «necessidades das pessoas».

Por isso, o médico insistia tratar-se de «um aspecto muito sensível» e que, sobretudo, «é preciso recuperar a ideia de que a qualidade do sistema de saúde e do SNS será conseguida, se não tivermos o receio de apostar, com muita força e vigor, em reformar».



«Estamos a aproximar-nos de um SNS que, em alguns aspectos, é um serviço de garantias mínimas, com componente privada directa da despesa das famílias que é a quarta maior dos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico]», sublinhou Adalberto Campos Fernandes, afirmando que «a salvação económica do SNS não está feita».

Com a convicção de que o SNS é «uma reserva de direito da sociedade» e de que «as funções sociais do Estado têm de ser tratadas com cuidado e carinho», o representante do PS alertou para a existência de diversas discrepâncias do «sistema dual» no sector, como as que afirma ter observado «em dezenas de hospitais e centros de saúde», em que os profissionais revelam «frustração», «baixam os braços e chegam a duvidar da capacidade de reanimar a motivação das equipas».

Curiosamente, o médico social-democrata Ricardo Baptista Leite (que integrou, entre outras, a Comissão Parlamentar de Saúde) também reconheceu haver «desmotivação e desgaste dos profissionais», embora tenha argumentado que «há 770 mil utentes sem médico de família [MF]», comparando com os 2,1 milhões de utentes do SNS que, em 2011, ainda não teriam MF.

«O risco de se transformar numa espécie de SNS para os pobrezinhos»

Rejeitando a noção de que «os profissionais de saúde apenas querem mais ordenado», Adalberto Campos Fernandes – para quem, «o SNS viveu quatro anos de leitura anódina e a falta de um plano estratégico», correndo «o risco de se transformar numa espécie de Serviço Nacional de Saúde para os pobrezinhos» – chamava a atenção: «As pessoas querem ser respeitadas na sua profissão, sejam médicos, enfermeiros ou de qualquer outro grupo profissional!»

Por sua vez, o antigo ministro da Saúde, no XII Governo Constitucional (chefiado por Cavaco Silva), que fará 83 anos na véspera do dia das próximas eleições legislativas, em resposta à pergunta proposta por Carlos Cortes (presidente do Conselho Regional do Centro da Ordem dos Médicos) – «É este o legado que estava a contar deixar para o País?» – começou por sublinhar: «Eu sou um militante do SNS!»

Ao reflectir sobre o Serviço Nacional de Saúde – num debate a que faltaram, por motivos de doença, o ex-ministro Correia de Campos e o mais directo fundador do SNS, António Arnaut, que viabilizou a Lei n.º 56/79 (de 15 de Setembro), no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais (assegurando, assim, o direito à protecção da saúde, nos termos da Constituição da República Portuguesa) –, Paulo Mendo evidenciou, de forma sucinta, as marcas históricas do SNS, a que não foi alheio.

É reconhecido o «valor acrescentado» da sua actividade política e profissional, enquanto médico e governante (também como secretário de Estado da Saúde, de 1976 a 1977 e de 1981 a 1983), a exemplo da sua responsabilidade na publicação do Decreto-Lei n.º 310/82, que consagrou o regime legal das Carreiras Médicas, diploma que traduziu «a necessidade de estruturação do trabalho médico», antecipada no «Relatório das Carreiras Médicas» coordenado por Miller Guerra, em 1961.

Deve-se, pois, a Paulo Mendo a criação das carreiras médicas de Saúde Pública, médica hospitalar e de Clínica Geral (por via do referido diploma), possibilitando a diferenciação técnico-científica da Saúde Familiar, organizada de forma integrada.

No final do encontro, o bastonário da Ordem dos Médicos (OM), reiterando o sentimento de Adalberto Campos Fernandes, considerou que «o SNS está hoje pior do que há quatro anos».



O bastonário, José Manuel Silva, sustentou que a OM «tem apresentado propostas alternativas por cada crítica e reivindicação que faz». «O básico não está feito!», sublinhou

Ao aperceber-se do descontentamento das pessoas e dos profissionais – que «estão com "burnout" e foram burocratizados» –, José Manuel Silva sustentou que a OM «tem apresentado propostas alternativas por cada crítica e reivindicação que faz».

«O básico não está feito!», acentuou, renovando a ideia, também ali defendida por Paulo Mendo, de que é «necessária a reorganização hospitalar».

**TEMPO
MEDICINA
ONLINE**

o jornal médico
de maior
divulgação

[clique aqui](#)

PUB